

EM DEFESA DA DEMOCRACIA!

Ivan Seixas

**Jornalista, diretor do Fórum Permanente dos
Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo**

A punição dos torturadores que estiveram a serviço do terrorismo de Estado deve ser um ato de afirmação da sociedade contra a barbárie. A tortura não é coisa do passado, mas prática corriqueira ainda nos dias de hoje contra a população pobre de nosso país. Os grupos de extermínio de hoje são cópias do Esquadrão da Morte do delegado Fleury. As mortes por resistência à prisão são repetições do que os DOI-CODI faziam antigamente. As torturas em delegacia, que todos sabem ser rotina, permanecem por causa da impunidade dos torturadores do passado. A imagem é de visitantes do Memorial da Resistência que escutam depoimentos de ex-presos políticos

Punir ou não punir torturadores? Eis a questão. A sociedade brasileira trava um tímido, mas fundamental, debate sobre o encerramento total da Ditadura e os personagens se calçam de todos os argumentos devidos. Apesar de parecer um assunto passado e distante da realidade da população, é a antiga luta entre a barbárie e a Humanidade. O que resultar vencedor ditará as normas (ou falta delas) para a sociedade brasileira.

Punir torturadores não é um mero detalhe, mas parte fundamental do processo humanitário e de construção da Democracia. É uma questão de fundo para a continuidade da vida dos brasileiros, principalmente para os pobres.

Como de hábito, a direita brasileira reduz a discussão para desviar a atenção do que é realmente importante. Ou sofisma abundantemente para que não se entenda de qual assunto estamos falando. A questão da punição aos torturadores dos tempos da Ditadura é o mais recente exemplo dessa torpe maneira de deixar tudo como sempre esteve.

A esquerda, pelo menos a parte envolvida na discussão, até mostra certa paciência e moderação e se baseia em argumentos jurídicos e técnicos consideráveis. Os partidos

de esquerda estão prostrados diante da sedução da atividade institucional e se mostram incapazes de entender a realidade.

E o governo? O governo reflete a sociedade da maneira mais primária possível e tem várias caras e bocas falando. O lado demo-

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, reproduz a visão do governo de João Batista Figueiredo e tenta dar ordens de encerramento da discussão. Mas os tempos são outros e ninguém se amedronta com insinuações de golpes ou caras zangadas dos fardados

crático e articulado do governo faz a defesa da possibilidade de punição dos torturadores com argumentos objetivos. Por seu lado, a direita do governo se enreda com as visões mais atrasadas dos militares e recupera o discurso dos tempos da Ditadura.

Os ministros Tarso Genro, da Justiça, e Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, provocaram a discussão e seguram os argumentos

civilizatórios em alto nível. Com eles, andam partes consideráveis da sociedade civil organizada.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, reproduz a visão do governo de João Batista Figueiredo e tenta dar ordens de encerramento da discussão. Mas os tempos são outros e ninguém se amedronta com insinuações de golpes ou caras zangadas dos fardados. O paquidêmico ministro faz dobrada direitista com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que entre um *habeas-corpus* e outro para Daniel Dantas ameaça com julgamentos para os dois lados. Tremenda bobagem, pois ninguém tem medo disso.

Ele, que pretende ser um poder moderador de nossa Democracia, ameaça com as súmulas do Judiciário mesmo antes de decisões da suprema corte nacional. Seu *partner*, o ministro Marco Aurélio Mello, ousou dizer no voto sobre o pedido de extradição de um torturador uruguaio que ele seria impune pelas leis brasileiras, esquecendo-se de que as justiças argentina e uruguaia não perguntaram sua opinião sobre qual lei é melhor para esse réu. Os demais ministros ainda não se pronunciaram sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental impetrada pela OAB nacional. A corte ainda espera o voto do relator Eros Grau.

O debate até ressuscitou o coronel Jarbas Passarinho. Ele ainda fala com aquele sorriso sereno de monstros de filme de terror e faz uso de palavras rebuscadas na tentativa de parecer erudito ou pe-reemptório em suas sentenças. Agri-de os promotores federais colocando-os na condição de simpatizantes do “terrorismo de esquerda”, como nos velhos tempos faziam os torturadores em suas notas oficiais. Insulta os ministros Genro e Vannuchi lembrando suas antigas militâncias na esquerda armada. E ameaça os céus.

O presidente Lula assiste a tudo no aguardo de algum lance providencial. Muito provavelmente antes disso virá uma condenação internacional ao Brasil, que adia providências há décadas, desde os tempos dos ditadores e seus DOI-CODIs. A Organização dos Estados Americanos tem pronta uma censura formal ao Estado brasileiro e deve torná-la pública até março ou abril. Depois disso a norma internacional deverá ser respeitada ou valerá a vontade de gente como Gilmar Mendes.

O que a sociedade brasileira, a Humanidade e a História esperam de Lula é um gesto (um só) que coloque um ponto final na discussão e encaminhe para a superação da Ditadura. Para que a Democracia prevaleça e os ideais de direitos humanos, cidadania e a Humanidade possam seguir seu curso normal.

O que falta é a chamada vontade política, que mostra as intenções do mandatário e que sua política deve ser cumprida por seus subordinados.

Para recolocar as coisas nos devidos eixos, é preciso que o Presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas, chefe do Estado e representante maior da população e da nação brasileira, diga claramente qual rumo o país deve tomar. Em seu silêncio omissivo ele permite pronunciamentos desconectados de seus ministros, ousadias de chefes de outros poderes e aventureiros de toda a ordem, que ocupam o vazio deixado por ele.

Lula deveria abrir os arquivos da repressão política, para que não haja segredos eternos.

Nenhum dos vários governos democráticos trouxe à luz o teor dos execráveis Decretos Secretos

O Presidente Lula deve dizer que as Forças Armadas não estão acima ou abaixo da Nação, não são tutoras de um povo inerte ou o poder moderador da sociedade. Deve dizer que elas fazem parte do Estado Nacional e são submetidas à Constituição como todas as outras instituições nacionais, portanto, devem cumprir sua função constitucional, sem interferir na ordem das coisas. E mais do que tudo, dizer que essas cor-

porações não podem dar ordens ao Poder Judiciário, Legislativo e muito menos ao Poder Executivo, do qual são parte obediente. Isso é o dever do Chefe da Nação, seu comandante-em-chefe.

Por não dizer nada e não se pronunciar sobre o equilíbrio de poderes constitucionais, Lula permitiu que Gilmar Mendes, presidente do STF, ocupasse espaço político, que não é seu papel, e se arvorasse em chefe do poder decisório da Nação. Ele é, hoje, o rabo abanando o cachorro. O vazio de poder foi ocupado por um homem de direita, com um apetite insaciável pelo poder.

Ao conduzir o país de modo claro, Lula deveria abrir os arquivos da repressão política, principalmente das Forças Armadas, para que não houvesse segredos indevassáveis ou eternos. Não há o que esconder. Por uma questão de lógica, documentos produzidos pela Ditadura são documentos contra a Democracia. A Ditadura não pode ter segredos contra a Democracia e a Democracia precisa saber o que foi feito contra ela durante os vinte e um anos de império do terror.

Muito mais do que saber dos crimes de torturas e assassinatos, a sociedade democrática tem o direito e precisa saber o que fizeram com as artes e a ciência nacionais. Precisa conhecer os danos causados à nossa juventude de então e quais os males ainda existentes nos dias de hoje, herança da Ditadura. Nenhum dos vários governos democráticos (Collor, Itamar, FHC e

Lula) trouxe à luz o conteúdo dos execráveis Decretos Secretos. Esses documentos, por exemplo, cassaram a patente do capitão Sérgio Miranda de Carvalho, o Sérgio Macaco do caso Parasar, e extinguiram a Panair, empresa aérea símbolo da época pré-1964. E o que mais podem ter feito contra o país?

A sociedade democrática não pode permitir que os torturadores ainda continuem utilizando frases desconexas de um discurso dos tempos da Guerra Fria. A justificativa para matar comunistas era um discurso esfarrapado que eles importaram apenas para encobrir torturas e assassinatos, regiamente pagos pelo dinheiro achacado de empresários assustados com seus crimes e pelo caixa arrecadado entre empresários anti-comunistas e fascistas. É mais do que conhecido que cada cabeça de militante preso ou morto significava uma recompensa desse macabro caixa, além do saque feito nas casas e bolsos dos opositores. A indústria do anti-comunismo rendeu muito a esses agentes do terror de Estado e isso também deve ser apurado.

Os atuais chefes militares, até prova em contrário, nada têm com os crimes de seus antecessores. Também não podem conviver com subordinados impunes pelo sim-

ples fato de serem torturadores intocáveis. Isso quebra a hierarquia de qualquer corporação, pois o torturador alega sempre que seus chefes são os chefes dos torturadores e não seu comandante atual. Ou seja: um general não manda num tenente torturador ou um delegado não manda em seu subordinado torturador de outros tempos e protegido pela “omertá” do DOI-CODI, CIEEx, Cenimar, Cisa, P-2 ou DOPS de outros tempos¹.

Deixando de lado esse cenário

Os torturadores ensinam seu macabro ofício aos novatos policiais e militares. Deixar que jovens, em busca de uma profissão igual às outras, sejam transformados em torturadores assassinos é o maior dos crimes contra os direitos humanos

de política do Estado, a punição aos torturadores deve ser um ato de afirmação da sociedade contra a barbárie. A Humanidade não pode permitir a proliferação de crimes ou o culto a esses crimes. A tortura

não é coisa do passado, mas prática corriqueira ainda nos dias de hoje contra a população pobre de nosso país.

Os grupos de extermínio de hoje são cópias do Esquadrão da Morte do delegado Fleury. As mortes por resistência à prisão são repetições do que os DOI-CODI faziam antigamente. As torturas em delegacia, que todos sabem ser rotina, permanecem por causa da impunidade dos torturadores do passado.

É preciso ser didático e não deixar impunes esses criminosos, que ensinam seu macabro ofício aos novatos policiais ou militares.

O jovem que entra na polícia quer ser policial e não um torturador ou assassino de aluguel da sociedade corrompida por práticas monstruosas. O militar quer ser militar e não torturador.

Deixar que transformem jovens em busca de uma profissão igual às outras em torturadores assassinos é o maior dos crimes contra os direitos humanos.

Os torturadores impunes são vírus instalados no *hardware* da Democracia por um *hacker* de um passado distante. Como tal devem ser identificados, cercados e tirados de circulação para que não travem nossa máquina de convivência humana e social.

Notas

1 CIEEx: Centro de Informações do Exército. Cenimar: Centro de Informações da Marinha. Cisa: Centro de Informações da Aeronáutica. P-2: Serviço secreto da Polícia Militar. DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.